

## Congresso deve votar amanhã vetos e mudança no superávit

A flexibilização da meta fiscal somente será analisada após o exame de dois novos vetos, encaminhados pelo Planalto, que trancam a pauta de votação

Os parlamentares se reúnem amanhã, em sessão do Congresso marcada para as 18h, na tentativa de votar o projeto que flexibiliza a meta fiscal na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. Além dessa

proposição, que permite abater, no cálculo da meta de superávit primário, todos os gastos do PAC e as desonerações de tributos feitas em 2014, constam da pauta autorizações de créditos adicionais para órgãos públicos. **3**

Parlamentares tinham expectativa de votar o texto sobre superávit no dia 18, quando conseguiram limpar a pauta de 38 vetos



Pedro Franco/Agência Senado

### ARQUIVO **S**

#### Início da Guerra do Paraguai faz 150 anos

Documentos do Arquivo do Senado registram a sessão em que o duque de Caxias fez uma prestação de contas de sua atuação na guerra (1864-1870). Ao **Jornal do Senado**, um bisneto de Solano López, o mandatário do Paraguai na época, disse que o Brasil precisa devolver troféus de guerra. **4 e 5**



Pintura de Victor Meirelles retrata a Batalha do Riachuelo, travada em 1865

Holley Pinheiro de Oliveira

**Especialistas divergem sobre guarda compartilhada **7****

**Fundo de municípios terá aumento em repasses **6****

**Semana no Senado valoriza pessoas com deficiência **2****

### ACONTECEU NO SENADO

#### Vai a sanção prioridade no uso de arma não letal

Polícia deve usar preferencialmente armas como spray de pimenta e balas de borracha, prevê

projeto aprovado pelo Senado. Medida só não será praticada se oferecer risco à vida dos policiais. **8**



Protestos em Brasília são contidos pela polícia com spray de pimenta

Volter Campanato/ABr

## 16 DIAS DE ATIVISMO

Pelo fim da violência contra as mulheres



Quando eu digo não e você insiste, isso também é violência









Exposição de artistas plásticos, palestras, oficinas de escultura e curso de automaquiagem para mulheres cegas fazem parte da programação do evento, que começa hoje e se estende até o dia 12

# Senado promove Semana da Pessoa com Deficiência

EM COMEMORAÇÃO AO Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, 3 de dezembro, o Senado realiza, a partir de hoje, a 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Exposição, oficinas de escultura e de automaquiagem e palestras — do deputado Romário e do desenhista Mauricio de Sousa, acompanhado dos personagens da Turma da Mônica — estão confirmadas em diversos espaços da Casa.

Ao promover o evento, o Senado integra um esforço de mobilização nacional em busca da conscientização da população brasileira e dos governos em favor dos direitos da pessoa com deficiência e de sua efetiva inserção social.

A solenidade de abertura, na quarta-feira, às 9h30, no Auditório Petrônio Portella, contará com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros. Senador eleito pelo Rio de Janeiro, o deputado Romário fará, em seguida, uma palestra sobre sua trajetória de luta a favor da pessoa com deficiência.

Mauricio de Sousa também



Romário e o desenhista Mauricio de Sousa farão palestras durante o evento



falará sobre seu trabalho criativo em prol dos deficientes. Estarão presentes, inclusive, seus personagens que simbolizam a luta pela inclusão social desse segmento da sociedade: Dorinha (cega) e Luca (cadeirante), além da Mônica e do Cebolinha.

Exposição de quadros dos artistas plásticos cegos Flávio Luis da Silva, Marta Guedes e César Achkar Magalhães, da Associação Brasileira de Deficientes Visuais, será inaugurada hoje, às 9h, e ficará em cartaz até o dia 12 no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima.

Na quinta-feira, o professor Flávio Lins, artista plástico com deficiência visual, comandará oficinas de escultura em dois horários: das 10h às 12h e das 14h às 16h, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Na sexta-feira, último dia de atividades, uma oficina de automaquiagem para mulheres cegas será conduzida pela idealizadora do Projeto Beleza que Se Vê, Andréa Andrade, a partir das 9h, também no ILB.

Os interessados em participar das oficinas podem entrar em contato pelo email [acessibilidade@senado.leg.br](mailto:acessibilidade@senado.leg.br).

## Indicado para o TCU, Vital será sabatinado amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz amanhã, após a deliberação dos itens da pauta, a sabatina do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), indicado por líderes partidários para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele deverá ocupar na corte a vaga de José Jorge, que

se aposentou ao completar 70 anos — idade máxima permitida para a permanência no serviço público.

Nascido em 1963, em Campina Grande (PB), Vital do Rêgo é, além de político, advogado e médico. Foi vereador na terra natal (1989-1995), deputado estadual por três mandatos

(1995-2007) e deputado federal (2007-2011). Nas eleições de 2010, elegeu-se senador com 869.501 votos.

O mandato de senador pela Paraíba, que começou em 2011, encerra-se em 2019. Se for aprovado pelo Plenário, assumirá no lugar dele no Senado o primeiro suplente, o empresário Raimundo Lira.

No Senado, chegou à presidência de três CPs: duas mistas (a do Cachoeira, encerrada, e da Petrobras, em curso) e a exclusiva de senadores sobre as irregularidades na petrolífera. É também presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e relator de importantes matérias, entre elas o novo Código de Processo Civil.



Vital do Rêgo foi indicado na vaga do ministro José Jorge, que se aposentou

## Jornalistas e estudantes de arquitetura visitam viveiro

O Viveiro Sustentável do Senado recebeu, nos últimos dias, cerca de 20 alunos do curso de arquitetura da Universidade Paulista (Unip). O objetivo era conhecer as diretrizes adotadas no planejamento, arquitetura e construção do projeto, que está servindo de modelo para as edificações públicas sustentáveis. Servidores de diversos setores do Senado também participaram das atividades.

As visitas ao viveiro foram promovidas pelo Núcleo de Ações Socioambientais e conduzidas pelo idealizador do projeto, o arquiteto e servidor da Secretaria de Infraestrutura do Senado Mário Viggiano, e pelo administrador do viveiro, Erico Zorba Galvão.

Apesar de ter sido criado em 2007, foi a partir de 2013 que o local começou a funcionar com todos os conceitos aplicados de

uma construção sustentável, servindo como uma ferramenta de educação e de boas práticas ambientais. O projeto foi pensado para produzir plantas para compor e integrar os jardins internos e externos da Casa e diminuir as emissões de CO<sub>2</sub> da instituição. O viveiro conta também com uma composteira e um minhocário, que consomem as sobras de podas de árvores e borra de café.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO Debates

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

### EXPOSIÇÃO Pessoa com deficiência

9h Abertura da Exposição da 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que dá início a uma série de atividades no Senado.

### CRA Crédito rural

8h30 A comissão promove debate sobre a política do crédito rural com secretários estaduais de Agricultura do Paraná, Pará, São Paulo e Alagoas.

### CCT Banda larga

8h30 A comissão faz avaliação da política pública Plano Nacional de Banda Larga. Em seguida, aprecia pauta extensa que inclui benefício a empresas startups.

### SEMINÁRIO FPM

9h Será realizado na Câmara o 5º Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, que debaterá o Fundo de Participação dos Municípios.

### CMA Bioquerosene

9h30 Entre os 23 itens da pauta, estão a proposta que cria o Programa Nacional do Bioquerosene e a que concede incentivos para atividades sustentáveis.

### CAE Sabatina de Vital do Rêgo

10h Após analisar iniciativas como a redução de ICMS para banda larga e a nova Lei das Cooperativas, a comissão sabatina o senador Vital do Rêgo, indicado para o Tribunal de Contas da União.

### CDH Instrumentador cirúrgico

10h A comissão faz audiência sobre a regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico. Florentino Cardoso (Associação Médica Brasileira) e Maria Laura Alves (Associação Nacional de Instrumentadores Cirúrgicos) são convidados.

### CE Escola em tempo integral

11h A comissão analisa o projeto que institui a escola de tempo integral no ensino fundamental e o que trata da concessão, pelo empregador, de bolsa de estudo aos dependentes de seus empregados para formação profissional, entre outros.

### CONGRESSO Municípios

11h Sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da Emenda Constitucional 84/2014, que aumenta o repasse de recursos pela União para o Fundo de Participação dos Municípios. Às 18h, o Congresso volta a se reunir em sessão para votação de vetos presidenciais e análise do PLN 36/2014, projeto enviado pelo governo que flexibiliza a meta fiscal prevista na LDO para este ano.

### CPMI DA PETROBRAS Acareação

14h30 A comissão mista que investiga denúncias de desvios na Petrobras faz acareação entre o ex-diretor de Abastecimento da estatal Paulo Roberto Costa e o ex-diretor internacional Nestor Cerveró.

TERÇA

### CMO Relatório da Receita

14h30 A Comissão Mista de Orçamento se reúne para avaliar o relatório da Receita apresentado à Lei Orçamentária Anual de 2015.

### CJ Municípios

7h30 A Comissão de Infraestrutura faz audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, para debater a situação de emergência nos municípios brasileiros.

### CAS Tabela de preços de saúde

9h Entre os 10 itens da pauta da comissão, está o que obriga estabelecimento de saúde a exibir tabela de preços dos serviços, o que institui a carteira de identificação do paciente bariátrico e o que permite uso do FGTS em caso de doença grave.

### CDR Destinos turísticos

9h Apresentação de relatório sobre o estudo *A Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros*. Após, análise de projeto que flexibiliza o limite de faixa não edificável em rodovias e ferrovias.

### PALESTRAS Pessoa com deficiência

9h30 Abertura da 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, seguida de palestras do deputado Romário, eleito senador, e do cartunista Mauricio de Sousa, no Auditório Petrônio Portella.

### CE Currículo nacional

10h A comissão promove debate interativo sobre base curricular nacional com Denis Mizne, da Fundação Lemann, e Eduardo Deschamps, do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

### CPI DA PETROBRAS Sindicatos

10h15 A comissão exclusiva do Senado ouve José Maria Rangel e João Antônio de Moraes, da Federação Única dos Petroleiros (FUP), sobre segurança dos trabalhadores.

### LEGISLAÇÃO Terra indígena

14h A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais se reúne para apresentação de relatórios sobre a demarcação de terras indígenas e a defesa do usuário de serviços públicos.

### CPMI DA PETROBRAS Ildo Sauer

14h30 A comissão mista que investiga denúncias de desvios de recursos públicos na Petrobras colhe depoimento de Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia da estatal.

### CPC Emendas

9h30 A comissão que estuda a reforma e a atualização do Código de Processo Civil (CPC) se reúne para apreciar emendas ao substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

### CAS Câncer de intestino

10h A comissão debate a prevenção do câncer de intestino com Paulo Hoff, do Instituto do Câncer de São Paulo, e Paulo Oliveira, da Sociedade Brasileira de Coloproctologia.

QUARTA

QUINTA

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Antes de votar a autorização para a flexibilização da meta fiscal de 2014, senadores e deputados precisam apreciar dois vetos presidenciais que trancam a pauta

# Congresso analisa vetos e superávit amanhã

INCLUÍDO NA PAUTA da sessão do Congresso de amanhã, o projeto de lei que flexibiliza a meta fiscal deste ano na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 só poderá ser votado depois que os parlamentares examinarem dois novos vetos presidenciais, que trancam a pauta da sessão.

Pelo Regimento Comum, vetos têm prioridade em relação a outras matérias e, se não forem analisados dentro de 30 dias, passam a trancar a pauta. No caso dos dois vetos novos, o trancamento começou a partir de 29 de novembro. Ambos foram encaminhados pela presidente Dilma Rousseff em 30 de outubro.

Na semana passada, os deputados e os senadores chegaram a liberar a pauta ao votar os 38 vetos que estavam na fila. Com isso, abriram caminho para votar o PLN 36/2014. Na ocasião, os parlamentares decidiram pela manutenção de todos os dispositivos rejeitados pela presidente Dilma Rousseff.

Além desse projeto, que permite ao Executivo abater da meta de poupança fiscal todos os gastos realizados com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as desonerações de tributos concedidas ao longo do ano, estão na pauta propostas que autorizam créditos adicionais para órgãos públicos.

Um dos vetos que depende de decisão dos parlamentares (VET 28/2014) trata do projeto de lei que propõe mudar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho. De acordo com a mensagem que explica as razões do veto, “a Lei 11.892/2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, atribuiu-lhes atuação regionalizada, devendo o nome guardar referência à localização”.

O segundo (VET 29/2014) refere-se a projeto de lei que altera o nome da Barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no município de Parelhas (RN), para Barragem



Na terça-feira, em sessão presidida por Renan Calheiros (C), o Congresso conseguiu votar 38 vetos que estavam na fila

Dr. Ulisses Bezerra Potiguar. Na justificativa do veto, a presidente Dilma afirma que a proposta é inconstitucional por ausência de competência legislativa da União, uma vez que pretende atribuir nome a bem público do estado do Rio Grande do Norte.

A sessão de amanhã, agen-

dada para as 18h, foi convocada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, após constatar que não havia quórum na quarta-feira para votar o PLN 36/2014. A reunião seria às 12h, mas o horário foi alterado em razão da promulgação da Emenda Constitucional 84, que está marcada para as 11h.

Conforme o Regimento Comum do Congresso, para o início dos trabalhos é necessária a presença de pelo menos um sexto de deputados (86) e um sexto de senadores (14). Já a derrubada de um veto exige maioria absoluta em cada uma das Casas, ou seja, pelo menos 257 deputados e 41 senadores.

## Senadores e deputados voltam a examinar relatório de Receita 2015

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) retoma amanhã, às 14h30, a reunião que foi suspensa na semana passada por falta de quórum. A ideia é votar o relatório da Receita para 2015, apresentado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-SP).

O deputado reestima a arrecadação para o próximo ano, elevando em R\$ 21,2 bilhões a receita total, que passa de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão. Parte do acréscimo (R\$ 2,4 bilhões) será transferida para estados e municípios, via fundos de participação (FPM

e FPE) e outras obrigações legais. Assim, a União ganha, na proposta orçamentária, mais R\$ 18,9 bilhões.

O recurso deverá ser usado pelo relator-geral do projeto de Lei Orçamentária Anual de 2015 (PLN 13/2014), senador Romero Jucá (PMDB-RR), para atender demandas que chegam ao Congresso durante a análise do projeto.

Paulo Pimenta apresentou o relatório na quarta-feira e integrantes da oposição prometeram apresentar sugestões para aperfeiçoar o texto do deputado.

## Comissão inclui na pauta nova Lei das Cooperativas

O projeto de uma nova Lei das Cooperativas, em substituição à atual (Lei 5.764/1971), está na pauta de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A relatora, Gleisi Hoffmann (PT-PR), apresentou substitutivo a dois projetos de lei que tramitam em conjunto — PLS 3/2007 e PLS 153/2007, respectivamente do então senador Osmar Dias e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O substitutivo garante a liberdade de associação das cooperativas, que poderão se filiar, ou não, à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) ou à União Nacional das Cooperativas da Agri-

cultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Torna, porém, obrigatório o registro na OCB ou na Unicafes para a entidade ser reconhecida como cooperativa.

Esse é um dos pontos divergentes entre os dois projetos. O de Osmar Dias define a OCB e as organizações das cooperativas estaduais (OCE) como representantes exclusivas do cooperativismo nacional. O de Suplicy determina a livre organização das entidades.

Outra divergência é quanto a definição de “ato cooperativo”. O projeto de Suplicy define como “aquele praticado entre a cooperativa e seu coope-

rado, ou entre cooperativas associadas, na realização de trabalho, serviço ou operação que constituem o objetivo social” da entidade. A proposta de Osmar Dias equipara ao ato cooperativo os “negócios auxiliares ou meios indispensáveis à consecução dos objetivos sociais”. A definição é importante porque a Constituição prevê tratamento tributário mais favorável para ato praticado entre a cooperativa e os sócios.

No substitutivo, Gleisi optou por deixar para futura lei complementar a definição de ato cooperativo para fins de tributação. O texto tem decisão final na CAE e segue para a Câmara.

## Ana Amélia critica proposta de mudança da meta fiscal de 2014



A tentativa do governo de alterar a meta do superávit primário — a economia que um país faz para pagar os juros da dívida pública — foi criticada por Ana Amélia (PP-RS). A senadora classificou o projeto de lei que o governo enviou ao Congresso de “casuismo”.

— Temos que ter um rigor muito grande não só com a observância das leis que nós próprios, parlamentares, ajudamos a escrever ou colaboramos para que fossem feitas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não podemos, ao sabor do desejo do governo, alterar a lei — criticou.

A senadora também espera que o Congresso aprove amanhã o PLN 31/2014, que abre crédito de R\$ 248 milhões para a Previdência Social. O dinheiro será usado para cumprir sentença favorável ao Instituto Aerus de Seguridade Social, de aposentados e pensionistas das companhias aéreas Varig, Cruzeiro e Transbrasil.

## Crescimento do PIB de 0,1% invalida tese de recessão técnica, diz Gleisi



Gleisi Hoffmann (PT-PR) argumentou que o crescimento de 0,1% do produto interno bruto (PIB) no terceiro trimestre de 2014, na comparação com o trimestre anterior, anunciado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), invalida argumentos de que o país estaria em recessão técnica.

— Não estamos em recessão técnica porque nosso PIB cresceu. E isso apesar de, praticamente, [haver] uma recessão internacional. O Brasil continua com um desemprego muito baixo, estamos no caminho certo — frisou a senadora.

Recessão técnica é quando o PIB tem dois trimestres seguidos de queda.

Ela também lamentou medida adotada pelo governador do Paraná, Beto Richa, de transferir para 2015 o pagamento do adicional de um terço aos servidores do estado que tirarem férias em dezembro e janeiro.

## Jorge Viana elogia nova equipe econômica anunciada pelo governo



Jorge Viana (PT-AC) elogiou os nomes escolhidos pela presidente Dilma Rousseff para chefiar a equipe econômica no segundo mandato. Ele disse que a nova equipe terá o desafio de dar continuidade às políticas que têm permitido ao país conciliar crescimento econômico com inclusão social, avançando ainda na proteção ambiental, com

redução do desmatamento. O senador destacou a formação e a experiência de Joaquim Levy, que ocupará a pasta da Fazenda, a capacidade de Alexandre Tombini, que permanece como presidente do Banco Central, e de Nelson Barbosa, escolhido como ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.

— Essa equipe levará adiante o propósito da presidenta Dilma de seguir tendo o respeito de todos os brasileiros, de todas as nações do mundo, pela maneira singular com que se conduz a economia — disse.



# 150 anos depois, guerra ainda é ferida aberta no Paraguai

No país, ditador Solano López, que deu início ao conflito contra Brasil, Argentina e Uruguai, é adorado como herói nacional. Segundo historiadores, imagem deturpada foi criada pelas ditaduras militares que se sucederam em Assunção no século 20

Ricardo Westin

PARA OS PARAGUAIOS, não existe herói maior do que Francisco Solano López, o ditador que há exatos 150 anos invadiu o Brasil e deflagrou a Guerra do Paraguai (1864–1870).

As deferências se espalham pelo país. Solano López dá nome a cidade, rodovia, ruas, praças, hospitais, colégios. A principal via de Assunção é a Avenida Mariscal López (*mariscal* é o termo em espanhol para marechal). As homenagens vão de academia de taekwondo a parque de diversões, de shopping center a time de futebol.

O rosto do ditador aparece na moeda de mil guaranis. Faz sucesso entre os adolescentes uma camiseta que, numa licença histórica, retrata o *mariscal* Che Guevara lado a lado.

## País despedaçado



Solano López se transformou numa religião cívica — resume Herib Caballero Campos, historiador da Universidade Nacional de Assunção e autor do livro *El País Ocupado* (sem edição em português).

É um culto contraditório. A herança de Solano López foram a derrota e a humilhação. O país ficou em ruínas, e pedaços do território foram perdidos para os países vencedores. Estima-se que 75% da população paraguaia tenha morrido nos cinco anos do conflito, seja na front, seja por fome e doenças. A Guerra do Paraguai é o mais sangrento conflito já visto na América Latina.

## Crianças e anciãos

A guerra derivou das tensões diplomáticas na região do Rio da Prata. O Paraguai cultivava estreitas relações com o Uruguai, pois o comércio exterior dependia do porto de Montevidéu, mas mantinha um pé atrás em relação ao Brasil e à Argentina, vistos como expansionistas.

O frágil equilíbrio se rompe em outubro de 1864, quando o Brasil invade o Uruguai para intervir numa guerra civil local. O Paraguai protesta, temendo perder o aliado. Como dom Pedro II ignora as reclamações, o *mariscal* toma duas medidas radicais. Em novembro, confisca o navio brasileiro Marquês de Olinda, que navegava pelo Rio Paraguai, na altura de Assunção, rumo a Cuiabá. Em dezembro,

manda suas tropas atacarem a província de Mato Grosso. A guerra está declarada.

No Uruguai, a guerra civil termina com a queda do governo pró-Paraguai. A Argentina se vê envolvida no jogo em abril de 1865, após tropas paraguaias invadirem a província de Corrientes. Em maio, o Brasil, a Argentina e o Uruguai formam a Tríplice Aliança, com o intuito de derrubar Solano López. No Paraguai, o conflito é chamado de Guerra da Tríplice Aliança.

O *mariscal* chega a obter vitórias no início, mas logo passa a colecionar derrotas. No final, ele se vê obrigado a convocar até crianças e anciãos às armas. Documentos guardados no Arquivo do Senado mostram que os senadores do Império descreviam Solano López como “tirano” e o comparavam a Napoleão, o imperador francês que tentou dominar a Europa.

Numa sessão em 1868, um senador leu um documento em que o paraguaio aparecia como “marechal López”. Houve risos. Os senadores sabiam que ele fora alçado por decreto ao degrau mais alto da hierarquia militar. Preferiam chamá-lo de general. Em janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocupam Assunção. Em março de 1870, Solano López é descoberto nas montanhas do norte do país e morto na Batalha de Cerro Corá.

Terminado o conflito, a lembrança que os paraguaios,



Solano López, entre herói e vilão: acima, em selo de correio paraguaio; ao lado, em caricatura da revista brasileira *A Vida Fluminense*, em 1869

traumatizados, guardaram de Solano López foi a do déspota que arrastou o país para uma guerra catastrófica. A imagem oposta seria idealizada mais tarde, pelos ditadores que se sucederam em Assunção ao longo do século 20. O *mariscal* passou a ser incensado como um bravo líder que lutou por anos para defender os compatriotas e no final deu a vida em sacrifício.

— Era a ditadura moderna buscando se legitimar por meio da ditadura do passado. O ditador do momento se apresentava como a continuidade da luta de Solano López pela soberania do Paraguai — explica Thomas Whigham, historiador da Universidade da Geórgia (EUA) e autor de *La Guerra de la Triple Alianza* (sem edição em português).

Em 1936, a ditadura do coronel Rafael Franco inaugurou o Panteão Nacional dos Heróis e



nele abrigou os restos mortais do *mariscal*. Em 1978, o general Alfredo Stroessner patrocinou as filmagens do épico *Cerro Corá*, que cristaliza a imagem de mártir. O cartaz promocional anuncia “uma história de amor, coragem e sacrifício”. O filme é exibido até hoje na TV.

A mesma visão romantizada chegou ao Brasil e à Argentina nos anos 1960. Argumentava-se que a guerra fora tramada por

Londres, que supostamente não estava gostando de ver o Paraguai se industrializar sem depender das manufaturas inglesas. A Tríplice Aliança teria sido usada como marionete da Inglaterra. A versão foi ensinada nas salas de aula brasileiras e argentinas até os anos 1990, quando os historiadores enfim se deram conta da ficção. Primeiro, o Paraguai não tinha indústria relevante. Depois, se a Inglaterra queria transformar o país em mercado consumidor, não fazia sentido incitar uma guerra que dizimaria a população. Por fim, as relações diplomáticas entre o Brasil e a Inglaterra estavam rompidas quando a guerra estourou, por causa da Questão Christie.

Hoje se entende que essa interpretação era uma forma sutil de atacar as ditaduras que, apoiadas pelos EUA, governaram o Brasil e a Argentina nos anos 1960 e 1970. Por um lado, atingia-se o imperialismo — o inglês e o americano. Por outro, criticavam-se os militares — tanto os que destruíam o Paraguai quanto os que haviam tomado o poder em Brasília e Buenos Aires.

O Paraguai se tornou um país democrático em 1989, com a queda de Stroessner. No entanto, o culto a Solano López perma-

nece. Uma explicação é o fato de os horrores do conflito estarem até hoje presentes na memória coletiva, como uma ferida não cicatrizada. A existência de um herói, ainda que irreal, serve de alento. Outra explicação é o fato de não ter havido liberdade acadêmica durante os 35 anos da ditadura Stroessner. Professores e pesquisadores que questionaram a versão oficial da história chegaram a ser presos e exilados.

## Dia de Luto Nacional

Os alunos paraguaios sabem de cor o nome das batalhas. É provável que conheçam mais que os brasileiros o conde d’Eu — o marido da princesa Isabel foi comandante das tropas do Império. Entre as datas oficiais, estão o Dia dos Heróis Nacionais, 1º de março, quando Solano López foi morto, e o Dia das Crianças, 16 de agosto, quando centenas de meninos soldados morreram na Batalha de Acosta Ñu.

Em julho, um grupo de deputados apresentou um projeto de lei que, sendo aprovado, agregará mais uma data cívica ao calendário: o Dia de Luto Nacional pelo Genocídio do Povo Paraguai, em 12 de agosto, quando se travou a Batalha de Piribebuy.

O ponto mais conhecido da

# Bisneto de Solano López pede ao Brasil que devolva canhão paraguaio

Miguel Solano López é um dos bisnetos de Francisco Solano López, o presidente paraguaio na época da guerra. De acordo com ele, “para que as feridas se cicatrizem no Paraguai”, o Brasil precisa devolver um canhão que foi levado como troféu de guerra e atualmente está exposto no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. A arma é conhecida como canhão cristão, por ter sido feita com o metal dos sinos das igrejas de Assunção.

O Itamaraty, porém, afirma que não há “negociação em curso sobre o assunto ou pedido oficial por parte do governo do Paraguai”.

Miguel Solano López tem 69 anos e é o embaixador do Paraguai em Londres. Na entrevista ao *Jornal do Senado*, ele fez questão de frisar que falava não como diplomata, mas como “descendente do personagem mais famoso da história do Paraguai”. A seguir, trechos da entrevista:

“Considero a expressão Guerra do Paraguai ofensiva, porque dá a entender que foi o Paraguai que provocou o conflito. Prefiro chamar o conflito de Guerra da Tríplice Aliança. O paraguaio se sente ofendido até o fundo da alma quando se insiste em dizer que ele foi o culpado e que os aliados foram inocentes. O conflito foi provocado pelo Brasil.

Francisco Solano López era um homem de paz, tanto que sempre buscou assegurar a independência do Uruguai. O Paraguai enfrentava problemas para usar o porto de Buenos Aires. Por isso, o acesso ao porto de Montevidéu era questão de vida ou morte. O Paraguai tinha um acordo com o Brasil pelo qual ambos se tornaram garantidores da independência do Uruguai. Em 1864, com

a revolução, subiu ao poder em Montevidéu um governo apoiado pela Argentina. O Brasil, porém, negou-se a garantir a independência uruguaia. É então que surge a situação de guerra entre Brasil e Paraguai.

A guerra não foi favorável ao Paraguai, mas os paraguaios veem o duque de Caxias com profundo respeito, porque ele era um homem integralmente militar. Quando as tropas aliadas tomam Assunção, Caxias considera a guerra terminada. Para dom Pedro II, porém, a guerra só acabaria com a morte de Francisco Solano López. É então que chega o conde d’Eu, que comandou as tropas no último ano da guerra. Foi nesse ano que o Paraguai foi completamente destruído.

Quando me perguntam por que os paraguaios conhecem mais a guerra que brasileiros, argentinos e uruguaios, a resposta é simples: o Paraguai nunca conseguiu se recuperar completamente de toda aquela destruição. Compare com a 2ª Guerra Mundial. Os aliados, logo depois, fizeram um esforço para recuperar os países derrotados. A Alemanha e o Japão ressurgiram em poucos anos. No caso do Paraguai, mesmo passados 150 anos, isso nunca aconteceu.

O Uruguai e a Argentina já deram passos importantes em direção à reconciliação. Em Montevidéu, existe uma estátua de Francisco Solano López a cavalo. O presidente argentino Juan Domingo Perón devolveu relíquias ao Paraguai. Recentemente, Cristina Kirchner batizou um regimento do Exército argentino com o nome de Francisco Solano López.

O Brasil, no governo de João Figueiredo, restituiu a espada que Solano López tinha na mão no momento de sua morte. Mas falta entregar o canhão cristão, que, dos troféus de guerra, é o mais caro aos paraguaios. Quando isso ocorrer, não tenho dúvidas de que as cicatrizes no Paraguai se cicatrizarão. A iniciativa da reconciliação deve partir do Brasil, que foi o vencedor, não do Paraguai.”



Miguel Solano López: “Reconciliação depende de iniciativa do Brasil”



O canhão paraguaio, exposto no Rio, foi feito com metal de igrejas de Assunção

batalha é o incêndio de um hospital que resultou na morte de quem estavam internados. Na versão paraguaia, o conde d’Eu ordenou o atentado. Para historiadores brasileiros, as chamas foram provocadas pelas faíscas das armas e se espalharam pelas paredes de madeira do hospital.

— Os paraguaios gostam de refletir sobre o passado. O *mariscal* López e a Guerra da Tríplice Aliança são temas onipresentes — afirma o deputado Ricardo González, um dos autores.

Na avaliação do historiador Ricardo Salles, autor de *Guerra do Paraguai — escravidão e cidadania*

na formação do Exército (Paz e Terra), a população paraguaia foi, sim, aniquilada, mas não se pode falar em genocídio:

— Ainda que tenham ocorrido degolas, fuzilamentos e outras barbaridades, o Brasil não atacou o Paraguai com o objetivo de exterminar a população. Foi uma guerra. E as mortes não podem ser creditadas integralmente ao Brasil. No final, Solano López recrutava qualquer um que tivesse entre 12 e 60 anos. Pessoas morreram de fome porque soldados dos dois lados confiscaram o gado e a colheita. O historiador Francisco Do-

ratioto, autor de *Maldita Guerra — nova história da Guerra do Paraguai* (Companhia das Letras), diz que é absurdo ver Solano López como herói:

— Ele sacrificou um país inteiro inutilmente. O herói foi o povo paraguaio, que acreditou na história de que a independência do país era ameaçada pelo Brasil e pela Argentina. O paraguaio atendeu a convocação para pegar em armas e lutou bravamente, mas pagou um preço alto demais.

Assista a vídeo da Agência Senado sobre os 150 anos da guerra: <http://bit.ly/GuerraParaguai>

## “Conflito foi feito às apalpadelas”, afirmou Caxias no Senado

Em julho de 1870, o duque de Caxias, senador vitalício pelo Partido Conservador desde 1845, subiu à tribuna do Senado para fazer uma prestação de contas de seu trabalho como comandante das tropas aliadas na recém-concluída Guerra do Paraguai. Na prática, tratou-se mais de uma resposta às inúmeras acusações feitas pelos senadores do Partido Liberal enquanto ele esteve na guerra. Os adversários criticaram, por exemplo, a lentidão com que os soldados tomaram a Fortaleza de Humaitá e ocuparam Assunção.

— Senhores, não há nada mais fácil do que criticar operações e indicar planos mais vantajosos depois de os fatos estarem consumados, de longe e com sangue frio. Mas o mesmo não

acontece a quem se acha no teatro das operações, caminhando nas trevas, em um país inteiramente desconhecido e inchaço de dificuldades naturais — disse.

No pronunciamento, Caxias lembrou que não existiam mapas do Paraguai nem pessoas de confiança que conhecessem os acidentes geográficos do país:

— É preciso que os nobres senadores se convençam de que a Guerra do Paraguai, desde o seu começo, foi feita às apalpadelas. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para poder dar um passo.

Caxias era um militar brilhante, célebre por sufocar movimentos revoltosos como a Balaiada, no Maranhão, e a Revolução Farroupilha, no Rio Grande

do Sul. Quando foi convocado para comandar as tropas na Guerra do Paraguai, em 1866, era marquês. O título de duque seria dado por dom Pedro II em 1869.

O senador foi chamado para os campos de batalha porque o comando anterior dava mostras de que não conseguiria vencer Solano López. No discurso no Senado, Caxias disse que encontrou as tropas num estado lamentável. Elas estavam divididas em dois corpos completamente diferentes, inclusive com soldados, critérios de promoção e uniformes próprios. Segundo ele, “pareciam pertencer a nações diferentes”.

O comandante resolveu o problema da falta de cavalos para os soldados e providenciou lugares seguros para se trancafiarem os priso-

neiros de guerra. Antes, contou ele no Senado, os detidos eram simplesmente mantidos “no meio do campo, cercados de sentinelas”. Com a guerra em curso, Caxias fez uma reforma no Exército.

Após a tomada de Assunção, na virada de 1868 para 1869, Caxias, com a saúde debilitada, retirou-se da guerra. Naquele momento, os militares cotados para a missão ocupavam postos políticos. Se Pedro II escolhesse um liberal, provocaria a ira dos conservadores — e vice-versa. Acabou optando pelo conde d’Eu, marido da princesa Isabel, por ser uma figura politicamente neutra. Nascido em França, ele havia adquirido experiência militar em campos de batalha no Marrocos, antes de se mudar para o Brasil.



Reprodução



Aumento de 1 ponto percentual no repasse ao Fundo de Participação dos Municípios vai representar R\$ 2,8 bilhões a mais para as cidades

# Congresso promulga repasse a municípios em sessão solene

O CONGRESSO NACIONAL terá sessão solene amanhã para promulgar a Emenda Constitucional 84, que vai garantir aumento de um ponto percentual dos repasses de impostos federais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A sessão será realizada às 11h, no Plenário do Senado.

A emenda tem origem na PEC 39/2013, da senadora Ana Amélia (PP-RS), aprovada em agosto pelo Senado e acatada pela Câmara na semana passada, onde ganhou outra numeração: Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 426/2014.

Em julho de 2015, passa a vigorar

metade do novo repasse — equivalente hoje a R\$ 1,4 bilhão. Em julho de 2016, a outra metade será acrescida. Com isso, as 5.570 cidades brasileiras poderão ter uma receita adicional de R\$ 2,8 bilhões a partir de 2015.

A Constituição determina que a União repasse ao FPM um total de 23,5% do produto líquido da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com a emenda, o total passa a 24,5%.

Na última previsão da Secretaria do Tesouro Nacional, serão distribuídos neste ano R\$ 65,9 bilhões ao fundo. Até

outubro, o Tesouro repassou R\$ 49,7 bilhões.

O FPM foi criado pela Emenda Constitucional 18/1965 com o montante de 10% da arrecadação do IR e do IPI. O critério de distribuição, que começou em 1967, baseava-se unicamente na população dos municípios. Depois, houve uma diferenciação no repasse de recursos: capitais (10%), interior (86,4%) e reserva (3,6%) — neste caso, para municípios com população superior a 156.216 habitantes. O critério para distribuição é hoje uma combinação de população com renda per capita.

## Relatório sobre expansão de terra indígena pode ser votado quarta-feira

A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais reúne-se na quarta-feira, às 14h. Na pauta, a apresentação de dois relatórios, ambos do senador Romero Jucá (PMDB-RR), que tratam da demarcação de terras indígenas e da defesa dos usuários de serviços públicos.

O primeiro relatório analisa minuta de projeto para a regulamentação do parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que trata da demarcação de terras indígenas. Pelo artigo, fica reconhecido o direito dos povos indígenas à posse permanente das terras que tradicionalmente ocupavam na data da promulgação da Carta. Entretanto, em algumas demarcações, constatou-se que as áreas originalmente consideradas como indígenas foram subestimadas, havendo necessidade de aumentá-las.

O segundo item da pauta da comissão é outro relatório do senador Romero Jucá sobre minuta de projeto apresentada pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que trata da defesa do usuário de serviços públicos. O texto regulamenta o inciso 1 do parágrafo 3º do artigo 37 da Constituição e o artigo 27 da Emenda Constitucional 19/1998. Jucá defende a criação de mecanismos de controle e de responsabilização pelas falhas na prestação de serviços públicos, além de avaliação contínua de qualidade desses serviços.



Autora da PEC que reajustou os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios, Ana Amélia fala em Plenário no dia em que a proposta foi aprovada

## Blairo elogia Bolsa Família e afirma que programa tem “porta de saída”

Ao defender o Programa Bolsa Família, Blairo Maggi (PR-MT) lamentou a desinformação sobre o assunto e “boatos sem fundamento” que circularam nas redes sociais durante o período eleitoral. Ele destacou que o benefício já tirou milhões de brasileiros da pobreza e ajuda a manter pelo menos 16 milhões de crianças na escola:

— Não é verdade que o Bolsa Família está produzindo uma geração de vagabundos. É o oposto, pois dá oportunidade às famílias de darem a seus filhos condições para um futuro melhor — opinou o senador.

Além disso, acrescentou, o sistema tem “porta de saída”, pois 1,7 milhão de famílias já deixaram voluntariamente de receber o benefício. Ele lembrou que o seguro-desemprego representa custo muito maior: R\$ 45,5 bilhões por ano. Ele questionou o alto número de beneficiários do seguro, de 69 milhões de pessoas.

## Paim faz alerta para o crescimento da violência contra jovens negros

Ao se referir ao crescimento de 13,4% dos registros de homicídios no Brasil em 2012, em comparação com 2002, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o percentual é maior que o do crescimento da população, que foi de 11,1% no mesmo período. Segundo o senador, um jovem negro morador da periferia tem 146% mais de chance de morrer que um branco.

— Ou seja, não existe dúvida de que a violência tem como foco e coloca suas garras sobre a nossa população negra. E também não resta dúvida de que precisamos olhar para isso com seriedade e urgência.

Ele disse que, das 56 mil pessoas assassinadas em 2012, 41 mil eram negras. Ressaltando que houve “crescente seletividade social” nos homicídios, acrescentou que, enquanto o assassinato de brancos diminuiu de 19.846 em 2002 para 14.928 em 2012, as vítimas negras aumentaram de 29,9 mil para 41 mil.

## Mozarildo Cavalcanti defende o pai, ex-prefeito de Boa Vista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu, na sexta-feira, seu pai, o ex-prefeito de Boa Vista Mozart Cavalcanti. Segundo Mozarildo, o político, morto há mais de 30 anos, foi acusado por Romero Jucá (PMDB-RR) de ter sido preso e banido do estado por prática de corrupção.

O peemedebista teria feito as acusações após Mozarildo discursar sobre atos de corrupção na Secretaria de Saúde de Boa Vista, cuja prefeita é Teresa Surita, ex-mulher de Jucá. Vários políticos foram acusados de irregularidades por Jucá: o ex-governador Neudo Campos seria integrante de um “complot” para afastar a atual prefeita.

Para Mozarildo, Jucá “vive um inferno astral e distribui culpas e acusações desarrazoadas e teme ser responsabilizado por ter sido apontado como um dos beneficiados no escândalo da Petrobras”.



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burl

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333



Especialistas concordam que existem avanços com o texto que segue para sanção, mas apontam fatores como a diferença de ideias dos pais na hora de dividir responsabilidades

# Polêmica, guarda compartilhada recebe apoio

A APROVAÇÃO NO Senado, na semana passada, do projeto que prioriza a guarda compartilhada teve grande repercussão e gerou debates nas redes sociais. A proposta (PLC 117/2013) determina ao juiz estabelecer o compartilhamento da custódia dos filhos mesmo em caso de desacordo entre os pais divorciados.

Entre as opiniões favoráveis, destacam-se a dos usuários que apoiam a lei por entender que os filhos têm o direito ao convívio com o pai e a mãe separados. Já as reações contrárias consideram a proposta uma “intromissão” nas decisões da família, com prejuízos para o desenvolvimento dos filhos, que receberiam orientações de dois lares diferentes, gerando mais confusão sobre formação, valores morais, éticos e, em alguns casos, religiosos. Além disso, não se levaria em conta a vontade dos filhos de conviver ou não com um dos pais.

O que também pode pesar para a divergência entre os pais no compartilhamento da responsabilidade é a exigência da prestação de conta, segundo a psicóloga Ely Harasawa, especializada em educação infantil na Universidade de Niigata (Japão). Para ela, a cobrança virá porque o projeto se refere a assuntos que afetam

direta ou indiretamente a saúde e a educação dos filhos e a questão da divisão do tempo que cada um dos genitores terá com a criança.

— Por outro lado, é positiva essa divisão de responsabilidade e também a facilidade para acesso às informações dos filhos em instituições de ensino, médicos, entre outros — analisa.

A aprovação da guarda compartilhada foi comemorada pela Associação de Pais e Mães Separados (Apase). Para o presidente da entidade, Analdino Paulino Neto, a lei vai acabar com as disputas prolongadas e permitir a mães e pais contribuir igualmente para a formação dos filhos. Ele até prevê a substituição da pensão alimentícia por um mecanismo mais avançado: a divisão das despesas dos filhos por meio de uma planilha de gastos a ser dividida pelos pais proporcionalmente à renda.

## Divórcios

Segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2000 até 2010 as dissoluções de uniões conjugais aumentaram cerca de 20%.

Em 2011, de acordo com as *Estatísticas do Registro Civil*, o Brasil teve a maior taxa de



Reprodução/Geni Agora

Casal separado terá que se entender e dividir responsabilidades sobre a criação dos filhos na guarda compartilhada

divórcios desde 1984, chegando a 351.153, um crescimento de 45,6% em relação ao ano anterior.

Em 2012, a responsabilidade pelos filhos foi delegada às mulheres em 87,1% dos divórcios concedidos no Brasil, contra 6% que tiveram a guarda compartilhada. Segundo o IBGE, a guarda compartilhada ainda é incomum no país, mas está em crescimento.

No entendimento da advogada especializada em direito de família e sucessões Priscila Corrêa da Fonseca, a aprovação da guarda compartilhada reflete a preocupação da sociedade em garantir espaço para que o pai também possa exercer o papel dele na criação e no desenvolvimento dos filhos.

— Mas é importante que a guarda compartilhada não se

transforme em motivos para conflitos e disputas entre os pais que possam prejudicar os filhos. Quanto menor é a criança, mais ela precisa se sentir segura e vivendo em um ambiente de harmonia — pondera.

A lei obteve um apoio importante, o da avó de Bernardo Uglione Boldrini. O menino de 11 anos foi encontrado morto em abril deste ano em um matagal no Rio Grande do Sul. Os principais suspeitos do crime são o pai e a madrasta.

Para o relator na Comissão de Assuntos Sociais, senador Jayme Campos (DEM-MT), o projeto previne que os filhos virem objeto de disputa entre os pais e que virem vítimas, muitas vezes, de manipulação emocional, abusos, violência física e até de morte. Ele recordou também o caso de Isabella Nardoni, de 5 anos. O pai e a madrasta foram condenados por arremessarem a criança do sexto andar de um prédio, em São Paulo, em 2008.

## Fique por dentro

<b>O projeto</b>	Em caso de conflito entre mãe e pai separados, o juiz deverá aplicar a guarda compartilhada
<b>Convivência</b>	O tempo de convivência dos filhos com o pai e a mãe será dividido de forma equilibrada
<b>Moradia</b>	A cidade de moradia dos filhos será aquela que melhor atender os interesses deles
<b>Autoridade</b>	Ambos poderão consentir ou negar autorização aos filhos para viagem ao exterior ou mudança para outro município
<b>Medida cautelar</b>	Os pais serão ouvidos pelo juiz para decidir sobre a guarda
<b>Informações</b>	Estabelecimentos, como escolas, que negarem informações dos filhos a qualquer um dos pais serão multados em R\$ 200 a R\$ 500 por dia
<b>Pais inaptos</b>	O juiz deferirá a guarda à terceira pessoa considerando o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade



Analdino Paulino representou associação de pais separados que é favorável à lei

## Proposta garante que interesses da criança sejam respeitados

O projeto que prioriza a guarda compartilhada, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), tramitou por três anos na Câmara dos Deputados até ser enviado ao Senado, em dezembro de 2013, e aprovado na semana passada.

Após a análise das Comissões de Direitos Humanos (CDH), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), a proposta foi aprovada pelo Plenário como veio da Câmara e tem o objetivo de explicar a aplicação da guarda compartilhada, já prevista em artigo do Código Civil.

Esse tipo de custódia já era garantida no artigo 1.583 do código, sendo definida como “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto”.

Faria de Sá argumenta que a redação atual da lei induz os juízes a decretar a guarda compartilhada apenas nos casos em que haja boa relação entre os pais. Para o deputado, o uso dessa custódia seria mais necessário justamente nos casos de desacordo após o divórcio.

O respaldo dado aos juízes para reservar a guarda a um

dos pais pode estimular a alienação parental, quando o responsável pela criança acaba afastando o ex-companheiro ou a ex-companheira da convivência com os filhos, gerando desgaste para a família e prejuízos emocionais, psíquicos e intelectuais para crianças e adolescentes.

O projeto aprovado determina que, em caso de conflito entre mãe e pai quanto à guarda do filho, se os dois estiverem aptos a exercer o poder familiar, o juiz deverá aplicar a guarda compartilhada. A única exceção será quando um dos genitores declarar ao juiz que

não deseja a guarda do filho.

Também fica estabelecida a divisão equilibrada do tempo de convivência dos filhos com a mãe e o pai e a supervisão compartilhada dos interesses da criança.

Ambos poderão participar, por exemplo, do ato que autoriza a viagem dos filhos para o exterior ou para a mudança permanente de município. Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender os interesses das crianças.

Em caso de necessidade de medida cautelar que envolva

guarda dos filhos, os pais serão ouvidos pelo juiz para que haja a decisão sobre a guarda. O projeto é rigoroso com estabelecimentos, como escolas, que se negarem a dar informações a qualquer dos genitores sobre os filhos. Nesses casos, estão previstas multas de R\$ 200 a R\$ 500 por dia.

Se o juiz verificar que o filho não deve permanecer sob a guarda do pai nem da mãe, deferirá a guarda a uma outra pessoa, levando em consideração o grau de parentesco e as relações de afinidade e afetividade com a criança.



O objetivo da acareação entre os dois diretores da estatal é apurar a acusação de recebimento de propina que Costa fez à Polícia Federal contra Nestor Cerveró

## Costa e Cerveró serão confrontados na CPI Mista da Petrobras

OS DOIS EX-DIRETORES da Petrobras Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró vão participar de uma acareação amanhã, a partir das 14h30, na CPI mista que investiga irregularidades na empresa. Será o primeiro encontro de dois investigados pela comissão.

O objetivo, conforme o requerimento do deputado Ênio Bacci (PDT-RS), é confirmar as acusações feitas por Costa contra Cerveró, quando depôs à Polícia Federal, no inquérito da Operação Lava-Jato. De acordo com publicações na imprensa, Costa teria dito, em depoimentos, que Cerveró recebeu propinas em contratos da Petrobras.

Tanto Paulo Roberto Costa quanto Cerveró já foram convocados a depor na CPMI. Costa se recusou a responder a qualquer pergunta. Cerveró, por outro lado, declarou, em setembro, não ter havido desvio na compra da refinaria de Pasadena (EUA). Afirmou também desconhecer qualquer participação direta do ex-diretor Costa nos acordos para a compra da refinaria.

Paulo Roberto Costa está em prisão domiciliar no Rio de Janeiro depois de ter feito um acordo de delação premiada com a Polícia Federal e o Ministério Público em troca de redução de pena. No entanto, a ida dele a Brasília foi autorizada pelo juiz federal Sergio Moro, responsável pelo processo da operação Lava-Jato.

A direção da CPI mista

preparou um esquema especial de segurança para o dia da acareação entre Costa e Cerveró. O acesso à ala do Senado onde está localizada a sala da CPI será restrito aos parlamentares, servidores e

imprensa credenciada. Poderão entrar, além dos depoentes, somente os parlamentares e um assessor por parlamentar. Haverá telões em três outras salas para a imprensa e para o público em geral.



Sauer comanda diretoria citada como parte do esquema de corrupção

### Ex-diretor de gás e energia vai depor na quarta-feira

O diretor de Gás e Energia da Petrobras no período de 2003 a 2007, Ildo Sauer, vai depor, quarta-feira, à CPI mista que investiga a estatal. O executivo deve explicar por que Paulo Roberto Costa citou a diretoria dele como integrante do esquema de corrupção instalado na companhia. Costa cumpre prisão domiciliar no Rio de Janeiro depois de ter sido detido na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, responsável por desarticular o esquema de desvio de recursos da petrolífera brasileira.

Foram apresentados quatro requerimentos à comissão pedindo o depoimento do ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras. Um deles partiu do líder do PPS

na Câmara, deputado Rubens Bueno (PR), que citou entrevista dada por Ildo Sauer à Agência Estado.

À reportagem, Sauer declarou que o Tribunal de Contas da União errou ao responsabilizar igualmente todos os diretores da Petrobras no caso da compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Disse também que a relação entre o Tribunal de Contas da União e a Petrobras nunca foi "suave" e que o relatório do órgão sobre o negócio passou longe de ser técnico.

A compra da refinaria é um dos quatro eixos de investigação da CPI mista. O Tribunal de Contas da União aponta prejuízo de US\$ 792 milhões no negócio.

### Audiência debate profissão de instrumentador

A regulamentação da profissão de instrumentador cirúrgico será tema de audiência pública amanhã, às 10h, na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O objetivo é fornecer dados para a análise do PLC 75/2014, aprovado na Câmara.

O projeto determina

que o exercício da profissão é privativo para quem tenha concluído curso na área, ministrado no Brasil ou no exterior, desde que o diploma seja revalidado aqui. Também podem atuar aqueles que já estão na profissão há pelo menos dois anos, a partir da lei.

A audiência foi solici-

tada pela senadora Ana Rita (PT-ES), relatora na comissão.

Foram convidados a senadora Ana Amélia (PP-RS); o presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino Filho; a presidente do Conselho Federal de Enfermagem, Irene Ferreira; entre outros.

## ACONTECEU NO SENADO

### Polícias deverão dar preferência ao uso de armas não letais

Segue para sanção projeto que prioriza spray de pimenta e eletrochoque

Policiais deverão priorizar o uso de gás lacrimogêneo, balas e cassetete de borracha, spray de pimenta e arma de eletrochoque. É o que determina projeto (PLS 256/2005) aprovado pelo Plenário na quarta-feira. Fica proibido ainda o uso de armas de fogo contra pessoa desarmada em fuga ou contra veículo que desrespeite bloqueio policial. A proposta vai a sanção.

O objetivo, segundo Marcelo Crivella (PRB-



Gás de pimenta vem sendo usado pela polícia durante manifestações

RJ), autor do projeto, é adequar o uso da força para reduzir as ocorrências graves e preservar as pessoas.

— O número de pes-

soas mortas em autos de resistência ou homicídios decorrentes de intervenção policial apresenta sinais de ascensão — afirmou.

### CONGRESSO ANALISOU 38 VETOS E LIMPOU PAUTA

Na terça-feira, deputados e senadores se reuniram em sessão conjunta para votar 38 vetos que trançavam a pauta do Congresso. Todos foram mantidos, inclusive o que tratava das novas normas para a criação de municípios.

Assim, o Congresso poderá votar as novas regras para o superávit primário na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. O PLN 36/2014 foi aprovado na madrugada de terça-feira em comissão mista, em meio a protestos contra o texto de flexibilização da meta de resultado primário de 2014.

### CONGRESSO VOTARÁ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Vital do Rêgo (PMDB-PB) apresentou na quinta-feira o relatório sobre a proposta em comissão especial temporária para o novo Código de Processo Civil. O novo código simplificaria processos e decisões da Justiça, inclusive eliminando parte dos recursos hoje permitidos. Entre as inovações apresentadas no projeto, está a previsão de uma fase obrigatória de conciliação entre as partes. O relatório deve ser votado na quinta-feira.

### APROVADA GUARDA COMPARTILHADA EM CASO DE DESACORDO

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira o PLC 117/2013, que determina a guarda compartilhada dos filhos de casais divorciados, mesmo que haja desacordo entre os pais. A exceção será quando um deles declarar ao juiz que não deseja a guarda.

O texto aprovado, que segue para sanção presidencial, determina a divisão equilibrada do tempo de convivência com a mãe e o pai e possibilita a supervisão compartilhada dos interesses da criança. O projeto ainda multa estabelecimentos que se negarem a dar informações aos responsáveis sobre os filhos.

### COMPENSAÇÃO AOS ESTADOS POR PERDAS DA LEI KANDIR

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira critérios para a compensação aos estados pela perda de arrecadação com a desoneração de produtos para exportação. A transferência para os estados e o Distrito Federal será feita em 12 parcelas mensais. Um quarto dos respectivos valores irá para os municípios. A proposta tem que ser votada ainda no Plenário. O texto atribui ao Conselho Nacional de Política Fazendária e ao Ministério da Fazenda o cálculo dos totais que cabem a cada estado e ao Distrito Federal.

### TRIBUNAL DO DF DEVE GANHAR MAIS 580 CARGOS

O Plenário aprovou, na quarta-feira, a criação de 580 cargos para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). A proposta já havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde ganhou urgência a pedido de Gim (PTB-DF).



Gim solicitou urgência para projeto de cargos na Justiça

### COTAS PARA MULHERES NO LEGISLATIVO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, na quarta-feira, projeto que reserva um percentual mínimo de 50% das cadeiras do Poder Legislativo para preenchimento por mulheres.

O PLS 295/2011 — Complementar alcança a Câmara dos Deputados, as assembleias estaduais, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e as câmaras de vereadores.

A proposta ainda tem que ser votada no Plenário do Senado e na Câmara para depois ser sancionada.